



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2023.i>



Jessica Gebiluka*

<https://orcid.org/0009-0003-9731-6369>



<http://lattes.cnpq.br/1220937431717148>



Rita de Cássia da Silva Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>



<http://lattes.cnpq.br/0396336269506743>



* Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UCS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação de Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG).

✉ jessgebiluka@gmail.com

** Pós-doutora pela Universidad de Santiago de Compostela (USC) e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG).

✉ soliveira@uepg.br

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

RESUMO: Objetivando compreender como se dá a articulação do educando com deficiência na escola regular que ofertam o ensino bilíngue, foi exposto em quatro etapas reflexões acerca dos direitos humanos e a educação inclusiva, destacando a importância dos direitos e a necessidades de escolas e uma sociedade verdadeiramente inclusiva; o modelo escolar e a necessidade de um espaço físico preparados para o público escolar e a preparação de funcionários das instituições para melhor atender cada educando dentro da sua necessidade e realidade; o ensino bilíngue da língua inglesa e a sua importância para o cenário atual de uma sociedade cada vez mais globalizada; e o aumento dos educandos com deficiência que passaram a frequentar as escolas regulares com ensino bilíngue visando uma melhor preparação para a vida, sociedade e o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação inclusiva; direitos humanos; ensino bilíngue.

INCLUSIVE EDUCATION AND THE INCREASE IN ENROLLMENT OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR SCHOOLS WITH BILINGUAL EDUCATION

ABSTRACT: With the aim of comprehending how the integration of students with disabilities in regular schools offering bilingual education occurs, this study presented four stages of reflection. These stages encompassed human rights and inclusive education, emphasizing the importance of rights and the necessity for schools and society to be genuinely inclusive; the school model and the requirement for physically prepared spaces for the student body, as well as the preparation of institution staff to better attend to each student's needs and reality; bilingual education in the English language and its significance in the current landscape of an increasingly globalized society; and the rise in students with disabilities attending regular schools with bilingual education, with the goal of better preparing for life, society, and the job market.

Keywords: Inclusive education; human rights; bilingual education.

1. INTRODUÇÃO

O texto apresenta percepções acerca do aumento do número de educandos que possuem alguma deficiência e/ou necessidade educativa e frequentam escolas regulares que possuem um currículo com ensino bilíngue na língua inglesa. O objetivo é compreender como se dá a articulação do educando com deficiência na escola regular de ensino bilíngue. Para isso, organizou-se o texto de uma maneira que o leitor possa compreender a estrutura do texto e um pouco mais sobre a temática escolhida.

O pontapé inicial da reflexão acontece com uma análise sobre os direitos humanos, apresentando a sua importância para todas as pessoas e atrelado aos direitos está presente a educação inclusiva, a qual torna-se uma ferramenta para que o direito à educação seja possibilitado a todos. Na sequência se observa as faces da instituição escolar e os seus objetivos para com a sociedade e com os educandos. Debatendo sobre as mudanças na sociedade e o mundo globalizado se encontra a necessidade do ensino bilíngue e as suas facetas. E finalizando com a apresentação e análise das motivações que ocasionaram as famílias de educandos com deficiência e/ou necessidades educativas a aderirem ao ensino bilíngue.

A educação passou por muitas mudanças no último século, e com essas mudanças novas oportunidades e perspectivas foram possibilitadas aos educandos deficientes ou com alguma necessidade especial. Essas mudanças foram positivas e possibilitaram aos educandos a sua inserção cada vez maior em escolas regulares. Atualmente a busca por escolas regulares passou a ter um novo condicionante: a busca por um ensino bilíngue de qualidade. Buscando cada vez mais ferramentas que possibilitem uma socialização com o mundo globalizado, a escolha pela língua inglesa tem sido uma escolha recorrente entre as famílias dos educandos.

2. DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação, peça fundamental e imprescindível para todos. Pode ser percebida como um processo evolutivo e contínuo, que tem como objetivo desenvolver o ser como um todo. Mas, para que essa educação aconteça da melhor forma possível, ela precisa alcançar todos os indivíduos de uma sociedade. Mesmo sendo um direito garantido por lei, na Declaração Universal Dos Direitos Humanos (1948) e na Constituição Federal (1988), nem sempre acontece.

O direito se estabelece como um norteador de ações e condutas, que podem ou não ser realizadas, através de sua ação ou de sua omissão. Sendo assim, se caracteriza como um benefício de uma atitude que abrange outras pessoas ou o Estado.

Os direitos humanos norteiam e garantem a dignidade humana. A partir dos direitos humanos é possível reconhecer quais são as responsabilidades do Estado e as ações esperadas por eles. Ou seja, os direitos humanos são direitos que todos devem ter, apenas pelo simples fato de serem seres humanos e assim participar plenamente da vida, como observado no fragmento a seguir.

Os direitos humanos servem, assim, para assegurar ao homem o exercício da liberdade, a preservação da dignidade e a proteção da sua existência. Trata-se, portanto, daqueles direitos considerados fundamentais, que tornam os homens iguais, independentemente do sexo, nacionalidade, etnia, classe social, profissão, opção política, crença religiosa, convicção moral, orientação sexual e identidade de gênero. Eles são essenciais à conquista de uma vida digna, daí serem considerados fundamentais à nossa existência. (Marconi, 2016, P.26)

Na Constituição Federal, por exemplo, está presente o direito à educação, desta forma é possível afirmar que o Estado brasileiro tem a responsabilidade de fazer com que esse direito aconteça, ou seja, eles têm a obrigação de construir escolas e garantir um ensino público para todos os cidadãos. Porém, não basta apenas construir escolas, se faz necessário que a educação aconteça para todos.

O direito à educação é previsto no art. 205, Constituição Federal citando que:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

Quando se observa atentamente a legislação é possível notar a palavra “todos”, ou seja, independentemente da sua condição, a pessoa tem o direito à educação. Para que essa educação chegue a todos, se faz necessária a ação de uma educação inclusiva.

A educação inclusiva pode ser entendida a partir de uma visão educacional do ensino, que objetiva a garantia de uma educação de qualidade, que é direito de todos. Segundo Silva Neto e colaboradores (2018, p.10) “a Educação Inclusiva é o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem, na rede comum de ensino em todos os seus graus”.

Ter uma educação inclusiva ativa e sendo praticada é um pressuposto essencial para as mudanças de uma sociedade. Mudanças que são necessárias e importantes para a existência de uma sociedade inclusiva. Quando a realidade da educação inclusiva se faz presente na sociedade passa a acontecer uma reformulação do perfil de educandos nas escolas, observando-se uma ampliação do número de educandos com deficiência em escolas regulares.

Para que esse cenário seja visualizado nas mais diversas sociedades se faz necessário uma reestruturação de ações e objetivos, dos governos, das escolas e da população. Reformular atitudes e pensamentos, partindo do micro para o macro, com uma percepção democrática e recíproca, para que essas, sejam condizentes com a diversidade de educandos nas escolas, possibilitando um desenvolvimento satisfatório e uma abordagem de inserção social significativa e humana.

A Constituição de 1988 garante o direito de acesso à educação, a igualdade entre os educandos, e a permanência na instituição. Ou seja, a educação inclusiva é a ação de garantia da inclusão de todos no ambiente escolar. A inclusão deve acontecer a todos aqueles que possuem qualquer necessidade, podendo ser ela econômica, física ou intelectual. Promovendo um ambiente que desenvolva esses

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

educandos e supra as suas necessidades, a fim de promover um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. (Stainback; Stainback, 1999).

Hoje, no Brasil, os educandos com deficiência ou necessidade educativas, tem a garantia da sua inserção em escolas regulares por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) que apresenta algumas normativas que citam que as escolas e os sistemas de ensino precisam assegurar meios de atingir os diversos educandos, promovendo um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, sendo eles: metodologias adequadas, recursos estimuladores e significativos, um currículo adaptado e uma maneira de se organizar que beneficie o educando. (BRASIL, 2008)

No Brasil, a legislação diz que pessoas com “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, são consideradas Pessoas com Deficiência (PcD) (BRASIL, 2015, art. 2)

Para acontecer a educação inclusiva, se faz necessário uma adaptação por parte das escolas, e estas adaptações precisam acontecer de acordo com as demandas e as necessidades de cada educando. Porém, essas adequações têm sido uma diversidade significativa, principalmente no que se refere a uma educação de qualidade, humanizada e socialmente responsável. A educação tem um caráter de socializar todo conhecimento existente na humanidade, e todas as pessoas têm direito de acesso a esse conhecimento. (Saviani, 2011; Mendes, 2006).

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social –pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade –todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas.(BRASIL, 2010, p. 17)

Com isso é possível notar que a educação tem apresentado um esforço significativo para atingir a todos, assegurando o direito ao acesso à uma escola que tenha uma educação pública e de qualidade.

3. A ESCOLA

Para que a educação aconteça de maneira significativa, é indispensável a junção de fatores já apresentados, como a garantia dos direitos, uma educação inclusiva atuante e um ambiente condizente com as necessidades de todos, nesse último ponto entra a escola.

Quando se pensa em uma escola, se faz necessário levar em consideração que esse é um ambiente muito rico, onde diversas pessoas, com características distintas passam várias horas do seu dia. Fazendo com que a escola tenha inúmeras facetas.

É nesse ambiente que as múltiplas culturas são vivenciadas e misturadas. Onde pessoas com objetivos diferentes e necessidades únicas caminham em união. Local onde costumes, religiões, posicionamentos políticos e classes sociais, mesmo tão diferentes, passam a dividir o mesmo ambiente. Isso é uma escola.

Tendo como objetivo o desenvolvimento do educando como um todo, a escola visa atingir tais objetivos e proporcionar uma ampliação do pensamento crítico, assim como a criticidade em relação àquilo que lhe é imposto ou apresentado, a sociedade em que está inserido e a consonância política, as habilidades socioemocionais e o seu papel na sociedade.

A partir dessa observação, percebe-se que a escola tem um papel fundamental nas mudanças da sociedade e nas mudanças dos indivíduos dessa sociedade. Moldando, mudando e apresentando novas atitudes, pensamentos, compreensões, saberes para promover o verdadeiro aprendizado.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

O ideal de escola é um espaço que tem como princípios fundamentais como o respeito, independência, compreensão, comunhão, diversidade, reciprocidade, e que consegue abranger todos os educandos, apesar de suas deficiências ou necessidades educativas.

A escola deveria (...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

A escola é o local onde é apresentada perspectivas diferenciadas para as pessoas, é local onde se molda um cidadão do futuro, mudando comportamentos, pensamentos e atitudes, sendo possibilitadas por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, é possível notar que a escola tem um caráter formador em toda sua estrutura. E é nesse cenário que se faz imprescindível a presença dos educandos com deficiência.

O processo de ensino-aprendizagem desses educandos pode acontecer em uma sala de aula regular. Mas para que isso se efetive, é importante desenvolver uma consciência coletiva e humanizada por parte da sociedade como um geral e na sala de aula também. Um ambiente acolhedor e não excludente é peça fundamental para que esse processo de ensino-aprendizagem aconteça, pois só assim será possível ter um espaço de interação, trocas de conhecimentos e construção coletiva.

De acordo com Mantoan (2003) a escola precisa ser reestruturada de uma maneira que seus olhos estejam abertos para os problemas internos e os problemas da sociedade. Precisa compreender e vivenciar as diferenças, sejam elas culturais, sociais, étnicas, raciais, emocionais, religiosas, físicas, intelectuais, que assolam os educandos.

O ideal de sala de aula pode ser desenhado como um local de pluralidade, de diversidade de pensamentos e visões de mundo. Como afirma Cunha (2015, p.153)

“em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado”.

Para que a aprendizagem atinja todos os educandos ela precisa acontecer tendo como base a pluralidade e a diversidade existente, exigindo algumas mudanças. Para isso, uma escola com uma educação inclusiva precisa ser estruturada desde a primeira turma de educação infantil, pois a conscientização e o respeito devem ser colocados em prática sempre, com os educandos, professores, estrutura e profissionais atuantes. Se faz necessário que haja uma convivência para que as mudanças de percepções e concepções aconteçam.

Não se pode separar os educandos uns dos outros, de seus pares de ciclo de formação, pois eles aprendem na interação com os professores, mas também nas relações existentes entre si em sala de aula. Por isso, se faz necessária a presença dos educandos com deficiência e necessidades educativas em escolas e sala de aulas regulares. (Arroyo, 1998)

A escola inclusiva é construída com o contato e com a presença, pois não tem como incluir um educando se ele não existe naquele ambiente. Mas felizmente, com o passar dos anos, cada vez mais se percebe a presença de educandos com deficiência ou com necessidades educativas em sala de aulas regulares e escolas regulares. E assim a escola inclusiva vai se moldando e reinventando, a fim de possibilitar uma educação de qualidade a todos.

4. O ENSINO BILÍNGUE

O processo da comunicação é uma das principais ferramentas dos seres humanos para se viver em sociedade. Porém, a comunicação existe antes mesmo da formação das sociedades. O objetivo da comunicação é a transmissão de informações, sendo elas essenciais ou não.

O ensino bilíngue hoje é denominado como a junção e o aprendizado de um segundo idioma, juntamente com a língua nativa. Porém, esse ensino nem sempre esteve nesses mesmos moldes.

Pesquisas e investigações do passado mostram que o ensino bilíngue presente nos primórdios das sociedades, não acontecia na forma regular de estudos como vemos atualmente, mas sim para a sobrevivência e dominação de territórios.

Invasões, trocas comerciais, buscas e conquistas territoriais fizeram com que houvesse interação de diferentes povos e conseqüentemente com diferentes línguas e dialetos. Para que algumas atividades da época fossem executadas com excelência, se fazia necessário o conhecimento de outras línguas.

No espaço temporal da antiguidade, o nível educacional de uma pessoa era determinado pelo domínio de línguas vistas como essenciais, como o Latim e o Grego. (Storto, 2015)

Diferentemente do que se pensa, o Brasil sempre esteve inserido em um contexto de ensino bilíngue. Desde os primórdios da população nativa existente no Brasil era embasada na riqueza cultural e linguística. Porém, esse cenário não se manteve durante muito tempo, no decorrer das décadas muitos desses idiomas foram se perdendo (Leffa, 1999).

Com a chegada dos portugueses, se iniciou um processo de dominação cultural e linguística. Onde se predominou a dissipação de uma língua não nativa, o português.

Como consequência, línguas nativas, cada vez mais passaram a cair em desuso, fazendo com que muitas fossem extintas.

Com isso, os moldes da educação brasileira e do ensino de línguas passaram a ter outros direcionamentos. No período imperial, havia o ensino secundário, o qual era pautado no ensino de muitos idiomas, os educandos estudavam até quatro idiomas distintos. No decorrer do processo de ensino houve recorrentes reduções da carga horária destinada ao ensino das línguas e uma queda no prestígio por esse tipo de aprendizado, permanecendo até o início do século XX.

Essa realidade educacional passou a obter um novo status com a chegada da industrialização e conseqüentemente a necessidade de comunicação, se estabelecer relação com outros países para que pudesse acontecer acordos comerciais.

A globalização tem gerado pontes de conexões entre o mundo, desenvolvendo ambientes de compartilhamentos e de trocas, principalmente da língua. O novo padrão de consumo gera conexões, e para que sejam concretizadas há a necessidade de uma sintonia, de compreensão. É nesse cenário que surge um novo modelo de indivíduo, composto de uma mescla cultural, moldável e que precisa saber se adaptar constantemente, sem possuir uma identidade fixa.

A globalização mudou as percepções, ações e os norteadores da sociedade e conseqüentemente da educação. Com essa alteração, algumas línguas passaram a ter um destaque maior sobre as outras. Línguas com muitos falantes e principalmente as línguas de países desenvolvidos, influentes e de grande importância no viés do comércio mundial e da globalização. E é assim que a língua inglesa passa a um novo patamar de importância mundial. (Assis-Peterson e Cox, 2013).

É nesse panorama que as escolas são alteradas. Pensando em devolver para a sociedade aquilo que ela espera, as escolas passaram a adotar medidas para proporcionar o ensino de uma segunda língua, que em sua grande maioria era o inglês.

As escolas passaram a ter uma carga horária, dentro do currículo, destinada

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DÉFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

ao ensino de inglês. Porém, passou-se a ter uma nova concorrência, a dos centros de ensino de línguas, que dedicam um maior número de horas para o ensino da língua. Com o intuito de superar esses centros de ensino foi que surgiram as escolas bilíngues. O ensino sofreu uma fusão entre uma educação de qualidade e o ensino de uma segunda língua.

No Brasil há uma compreensão errônea sobre a educação bilíngue, onde se acredita que é configurada apenas o ensino da língua portuguesa e da língua inglesa, porém, a educação bilíngue pode ser caracterizada pelo ensino de libras, espanhol, francês e a língua portuguesa. Isso é justificável pela força midiática e globalizada da língua inglesa. (Megale, 2019)

O ensino da língua inglesa é uma ação globalizada e mercadológica. Ela acontece pelas possibilidades geradas através do domínio de uma língua recorrentemente usada e falada. Sendo assim, as escolas bilíngues passaram a ser uma ferramenta de auxílio nesse processo de aprendizado, visto que o ensino passa a acontecer juntamente com o processo educacional convencional e obrigatório. Com essa fusão, há inúmeros benefícios, sendo cada vez mais atrativo para a sociedade.

Inicialmente, as escolas eram escolhidas e pensadas pelas propostas de ensino oferecidas. Hoje, a escolha tem se dado pela oferta do ensino bilíngue, pensando nas possíveis obtenções de certificações internacionais e na fluência.

A escola bilíngue é uma escola brasileira, com o diferencial de que os conteúdos escolares e interações também ocorrem em inglês. A “brasilidade” e aspectos culturais brasileiros estão presentes, e a língua inglesa não é mera representação da cultura, valores e crenças de países como Estados Unidos e Inglaterra, mas sim uma tendência presente no mundo da globalização. A língua inglesa passa a ser, assim, uma língua internacional, a língua de acesso à informação [...] uma escola bilíngue brasileira oferece a facilidade de desenvolvimento de uma segunda língua desde cedo, com todas as possibilidades educacionais trazidas por uma língua a mais (Marcelino, 2009, p. 10-11)

Sendo assim, a escola bilíngue estabeleceu um novo padrão de qualidade educacional e de escolha de famílias brasileiras. Pois essas famílias buscam uma educação de qualidade, que proporcione novas oportunidades e mais acesso à sociedade moderna e globalizada encontrada atualmente.

4.1 EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE.

A educação brasileira vem passando por várias reformulações e reestruturações ao longo dos anos, principalmente no decorrer do século XXI. Para compreender de maneira mais simplificada, as principais mudanças foram colocadas em um quadro, citando o período e quais mudanças aconteceram.

Tabela 1 – Mudanças ocorridas no Brasil com relação a educação de educandos com deficiência.

Período	Mudanças
1854	Fundada por D. Pedro II, no Rio de Janeiro, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, o chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi fundada a primeira iniciativa intencionalmente preparada para pessoas com deficiência visual.
1950	Surgiram mais escolas com atendimentos especializados para educandos com deficiências.
1950 e 1960	Discussões sobre a nomenclatura usada para se referir aos deficientes. Apresenta-se o conceito de Normalização.
1960	Em 1959 aprova-se a Declaração dos Direitos da Criança, assegurando a educação obrigatória e gratuita. Em 1960 inicia-se os movimentos contra a negação da entrada de crianças deficientes em escolas regulares.
1970	Surge um novo paradigma educacional, pautado na educação e reabilitação. Porém, não existia condições adequadas para atender os educandos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

1980	Toma força a luta pelos direitos da pessoa com deficiência.
1988	Aprova-se a nova Constituição brasileira aplicando a responsabilidade educacional na família e no estado.
1994	Acontece a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, onde foi aprovada a Declaração de Salamanca.
1996	Destina-se um capítulo da Lei de Diretrizes e Bases sobre a educação especial. No documento cita a obrigatoriedade de as escolas regulares aceitarem educandos com deficiência.
1997	Elabora-se os Parâmetros Curriculares Nacionais abordando a temática de adaptação curricular.
2004	Coloca-se em prática o programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, que tinha como objetivo promover uma capacitação de funcionários das escolas, a fim de promover um atendimento especializado e preparado para garantir a permanência dos educandos na rede regular de ensino.

Fonte: (BRASIL, 1994; Alciati, 2011)

As mudanças educacionais com relação aos educandos com deficiência ainda estão acontecendo. É um processo de desenvolvimento constante, que passa a gerar bons resultados na sociedade, possibilitando cada vez mais a criação de uma escola mais justa, de qualidade e que seja acessível para todos.

Hoje o acesso a escolas regulares é garantido por lei, o que oportuniza o ingresso e a permanência dos educandos em escolas regulares. Com essa obrigatoriedade, as escolas foram se adaptando às necessidades de cada educando, e com isso tornando os ambientes mais favoráveis para que o processo de ensino-aprendizagem acontecesse. (Guidi, 2017)

A evolução também aconteceu em favor do processo de globalização, onde conforme a necessidade da sociedade as escolas foram aderindo ao modelo de educação bilíngue e a crescente entrada de educandos com deficiências e/ou

necessidades educativas.

Com a aprovação das leis norteadoras da educação, a sociedade passou a conhecer, entender e conviver com pessoas com deficiência. Isso também passou a ser considerado um processo evolutivo em ascensão. Perceber essas pessoas em escolas, mercado de trabalho e na sociedade passou a ser rotineiro e comum. (Caputo e Ferreira, 2000).

Esse processo de evolução e abertura aos novos horizontes não aconteceu apenas nas escolas, mas nas famílias dos educandos com deficiências e/ou necessidades educativas. Com a abertura para a sociedade, passou-se a perceber que essas pessoas precisam de um processo formativo e educacional de qualidade para atender as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Com isso, a busca por cada vez mais uma educação de qualidade, especializada e bilíngue passou a se tornar um fator determinante para a escolha das instituições de ensino brasileiras.

De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), é necessário que pessoas com deficiência tenham participação em atividades diversas e em locais diversos, a fim de desenvolver a sua autonomia. E nas novas legislações, sempre foi citado com clareza de que um educando com deficiência inserido em uma instituição de ensino regular faz com que seu processo de aprendizado, comunicação, desenvolvimento afetivo, cognitivo e de inserção no meio social seja facilitado (Perenboom; Chorus, 2003).

E na última década, se evidencia que a inserção em escolas regulares com ensino bilíngue promove um desenvolvimento ainda mais amplo. Proporcionando ao educando mais uma possibilidade de comunicação através da língua inglesa, mostrando novos horizontes que uma segunda língua proporciona. Apresentando uma realidade em que a sociedade e as escolas estão se tornando cada vez mais inclusivas e proporcionando novas experiências e oportunidades a todos.

5. CONCLUSÃO

A partir das discussões apresentadas, foi possível perceber que a pessoa com deficiência ou com alguma necessidade educativa foi excluída da sociedade durante muitos anos, gerando um afastamento delas da sociedade. Onde não se via a necessidade de um planejamento educacional, pois dentro da realidade em que elas estavam inseridas, isso não seria útil.

Relacionando a essa realidade, nota-se que no decorrer dos anos foram apresentadas algumas mudanças educacionais no Brasil, apesar do país ter sido um dos pioneiros quando se trata de educação inclusiva.

Com essas mudanças, as pessoas com deficiência passaram a estar inseridas na sociedade com mais ênfase. O perfil das escolas regulares passou a ter novas facetas, novas simetrias e novos olhares. A pluralidade educacional passou a se fazer presente.

A evolução não ocorreu apenas no âmbito educacional, mas se fez presente no mundo, o qual passou a ser densamente globalizado, passando a apresentar novas diretrizes para o processo de desenvolvimento. Sendo uma delas a língua inglesa, a qual passou a assumir um nível maior de importância, para o comércio, relações de poder, lazer e comunicação.

Com isso novas mudanças passaram a fazer parte da realidade das escolas: o ensino bilíngue. As escolas passaram a ensinar a língua que a sociedade passou a exigir, o inglês. Percebendo a importância dessa língua, cada vez mais as famílias passaram a escolher escolas regulares com um currículo que se apresenta o ensino bilíngue, a fim de oportunizar novas ferramentas para a inserção com educando com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade.

Em síntese, percebe-se que a evolução educacional foi necessária e positiva para a sociedade em geral. Hoje, pessoas com deficiência não são excluídas, e sim

respeitadas e aceitas em escolas regulares. Esse é o modelo de sociedade minimamente esperado. Segundo o Censo escolar de 2022, mais de 90 % dos educandos com deficiência estão presentes em escolas regulares, tendo ou não atendimento educacional especializado.

Em 2018, a educação infantil contava com 88 ,9% dos educandos com deficiência nas escolas regulares, já em 2022 esse número chegou a 95 ,2%. No ensino fundamental o comparativo está em 88 ,5% em 2018 e 91 ,4% em 2022. E no ensino médio o crescimento também esteve presente, com 98,9% em 2018 para 99,5%.

Mesmo com muitas evoluções, a sociedade brasileira ainda não é incluída como deveria ser. Para que essa sociedade perfeita possa ser realidade será necessário o trabalho incansável do Estado, de reformulações nos modelos educacionais e na acessibilidade. Ainda há muito trabalho para ser desenvolvido e estratégias para serem pensadas, a fim de que a educação e a sociedade evoluam e possam no futuro serem mais igualitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCIATI, A.C. **Alunos deficientes em escolas regulares: inclusão ou exclusão?** Monografia. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Polo de Itapetininga. Brasília, p.48. 2011.

ARROYO, M.G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis: Vozes, 1998.

ASSIS-PETERSON, A.A.; COX, M.I.P. **Standard English & World English: entre o riso e o riso.** Porto Alegre: Unisinos, vol. 11, n. 2, p. 153-166, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28. mai. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, junho de 2008.

BRASIL. **Presidência da República**. Secretária-geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28. mai. 2023.

Brasil. **Resolução CNE n. 04/2010**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, Distrito Federal, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866. Acesso em 27. maio 2023.

CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D. C. **Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down**. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n.52, p.25-30, set/out, 2000.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

GUIDI, F. C. L. **Concepções de educação bilíngue de Elite em três escolas privadas do estado São Paulo**. São Paulo, 2017.

LEFFA, V. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, N. 4, p.13-24, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCELINO, M. **Bilinguismo no Brasil: significados e expectativas**. Revista Intercâmbio, volume XIX:1-22, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x

MARCONI, J.P.P. **Educando em direitos humanos: fundamentos históricos-filosóficos e político-jurídicos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. v.1.

MEGALE, A. **Bilinguismo e Educação Bilíngue**. In: **Educação Bilíngue no Brasil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2019. Org: Megale, A.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, Dez. 2006

PERENBOOM, R. J. M.; CHORUS, A. M. J. **Measuring participation according to the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)**.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS
COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE**

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Disabil. Rehabil, v. 25, n. 11-12, p. 577-587, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas:Autores Associados, 2011.

SILVA NETO, A. O. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018; Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=313154906008. Acesso em: 25. maio 2023.

STAINBACK, S. et al. **A aprendizagem nas escolas inclusivas: e o currículo?** In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. pg. 240 – 250.

STORTO, A. C. **Discursos sobre Bilinguismo e Educação Bilíngue: a perspectiva das escolas**. Dissertação. (Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas). Campinas, SP: UNICAMP, 2015.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCANDOS
COM DÉFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES COM ENSINO BILÍNGUE**

Jessica Gebiluka e Rita de Cassia da Silva Oliveira